

GUALBERTO, Marcio Alexandre M.: *Mapa da Intolerância Religiosa 2011: violação ao direito de culto no Brasil*. E-book (<http://www.mapadaintolerancia.com.br/>) Rio de Janeiro 2011, 154 p.

De maneira muito didática e de leitura agradável, Marcio Gualberto apresenta um material relevante para a discussão da intolerância religiosa no Brasil. Em seu *Mapa da Intolerância Religiosa - 2011*, o autor explora o contexto de intolerância religiosa sistematizando informações coletadas nos últimos dez anos de diversas tradições religiosas presentes na sociedade brasileira.

Fala-se, inicialmente, de uma problemática teológica: o discurso das igrejas cristãs é carregado de uma tendência a explorar a eterna guerra entre o bem e o mal, cujo “mal” é geralmente personificado em outras expressões religiosas, tidas como tradições a serem combatidas. Este tipo de perspectiva é interessantemente denominado no texto de *teologia xenófoba*, e especificamente em relação à intolerância religiosa às tradições afro-brasileiras, de *afrotheofobia* (p.6).

Como introdução ao tema de discussão e para situar melhor o leitor, é oferecida uma breve definição sobre intolerância religiosa, como “*perseguição religiosa que consiste numa constante e permanente desqualificação da religiosidade do outro, descambando muitas vezes para a ofensa em palavras ou até mesmo a agressão física*” (p.11).

E observando os caminhos históricos da humanidade, percebe-se que os conflitos e episódios de intolerância religiosa sempre estiveram presentes. Por exemplo, houve a perseguição aos cristãos pelos judeus, cristãos estes, que por sua vez, quando se tornaram maioria religiosa, também passaram a perseguir judeus, muçulmanos e pagãos, atingindo seu ápice de intolerância com a Santa Inquisição.

Já mais próximos da contemporaneidade e do contexto social e cultural brasileiro, até 1960 as tradições religiosas de matriz africana foram duramente perseguidas pela igreja católica, intolerância que também foi sofrida pelos evangélicos, que reproduziram o mesmo comportamento em relação aos católicos e outras expressões religiosas.

Porém, ao se tratar de um tema tão delicado e complexo como religião, é necessário um duplo cuidado, pois muitas vezes aquilo que é considerado um comportamento intolerante é, na verdade, uma crítica à religião, crítica esta, vale dizer, protegida pela Constituição Federal que permite o direito à livre expressão, havendo aí, como diz o próprio autor, “*uma linha tênue e delicada entre o que é crítica e o que é intolerância, cabendo, assim, extremo cuidado ao se expressar uma, para não cair na acusação de outra*”. (pp.13-14)

Aliás, falando sobre Constituição Federal, o tema do Ensino Religioso muito tem a ver com intolerância religiosa, pois, se por um lado esta disciplina pode ser

palco para o desenvolvimento da tolerância, por outro também pode ser palco para proselitismos e a propagação de visões preconceituosas.

Opiniões como a de Roseli Fischmann, professora de pós-graduação em Educação na USP, e de Guilhermina Rocha, coordenadora geral do Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino (Sepe), problematizam o tema do Ensino Religioso nas escolas, questionando se a disciplina realmente é efetiva como contribuição para o desenvolvimento moral do aluno, já que, além do Estado se considerar laico, a educação e bons costumes não vêm, necessariamente, da religião. (p.22)

Inúmeros episódios de intolerância religiosa já foram retratados pela mídia ao longo dos anos, episódios que Gualberto aproveitou para exemplificar a situação de intolerância vivida pela sociedade brasileira.

Com casos menos frequentes, porém ainda presente, o Santo Daime teve seu caso de intolerância quando o cartunista Glauco Villas-Boas e seu filho foram assassinados por um ex-membro da mesma expressão religiosa. Insatisfeito com a antiga religião e com um dos seus líderes – no caso, o cartunista Glauco – o homicida resolveu fazer justiça em nome de Deus.

A Igreja Católica também sofre muito com o quadro de intolerância, principalmente decorrente de pessoas de fé evangélica. As notícias mais divulgadas são as famosas quebras e vandalismos de imagens de santos em igrejas católicas, como, por exemplo, o episódio da quebra de uma imagem da Nossa Senhora na Catedral Militar, em Brasília, no ano de 2004. Além do vandalismo contra imagens sacras, há constantes debates iniciados por evangélicos com verdadeiro caráter de “combater” os feriados religiosos nacionais, majoritariamente relacionados à tradição católica.

Mas os evangélicos, apesar de parecerem vitimizadores, também são vitimados pela intolerância religiosa. O caso mais popular foi o de Marina Silva, candidata à presidência da república no ano de 2010. Evangélica, Marina confessou que o único preconceito sofrido por ela foi devido à sua confissão religiosa, cuja sociedade a fez carregar rótulos de conservadorismo. Isto é um reflexo da mídia, que geralmente retrata o meio evangélico como extremamente conservador, atrasado intelectualmente e corrupto, já que notícias de pastores imorais são frequentemente exibidas. Por conta dessas notícias, a população brasileira construiu uma imagem do evangélico relacionada à corrupção e à estupidez, o que é um caso grave de generalização e que repercute em muitas situações de intolerância.

No caso das Testemunhas de Jeová, há situações de intolerância externas, em relação a indivíduos de fora da comunidade religiosa, e de intolerância interna, entre os próprios membros que ameaçam sair da comunidade ou que já a deixaram, sendo desassociados (expulsos) ou dissociados (deixaram a comunidade voluntariamente). Em ambos os casos, há uma forte ruptura de relações sociais e afetivas com os membros que permanecem na comunidade, sejam eles amigos ou

familiares, transfigurando a vida social do indivíduo a caminho de uma verdadeira *morte civil*. Essa forma de intolerância provoca danos psicológicos fortíssimos, levando, inclusive, em alguns casos, ao suicídio, já que a grande parte de seu círculo social – geralmente associado às Testemunhas de Jeová – o isola.

Os adeptos da fé islâmica também sofrem muito preconceito religioso no Brasil, geralmente associados às figuras terroristas fortemente veiculadas pela mídia internacional e também pela mídia brasileira. Entre os muçulmanos que sofrem intolerância religiosa, as mulheres são os maiores alvos de agressões, tanto físicas quanto psicológicas. Um dos casos relatados por Gualberto é de uma jovem de crença islâmica que ouvia risos e pessoas imitando barulhos de bombas quando ela caminhava na rua. Além disso, a própria jovem disse saber de um caso que uma colega teve até o véu arrancado na rua.

Esse estranhamento e preconceito em relação à figura muçulmana, com suas vestimentas características e seu padrão de comportamento, está relacionado principalmente aos veículos de comunicação, que divulgam a imagem do Islã como uma religião retrógrada, violenta e opressora, o que não é verdade. Em muitos casos, principalmente em relação à opressão da mulher, os motivos são nacionais, e não religiosos, como especifica uma das notícias coletadas por Gualberto.

Entre os judeus, a intolerância religiosa vem também em forma de racismo, principalmente por grupos neonazistas e comunidades religiosas fanáticas, como o caso da comunidade Consciência Cristã, da cidade de Campina Grande, na Paraíba. Este grupo religioso estaria fazendo apologia à intolerância religiosa em seus discursos, contribuindo para um comportamento agressivo em relação a adeptos de outras tradições religiosas. Alguns judeus da região, entre eles David Menezes, reportaram casos de intolerância religiosa e diversos tipos de violência associados a este grupo religioso.

Os rastafari possuem um caso delicado, pois por usarem a erva *Canabis sativa* – ou maconha, como é popularmente conhecida – entram em conflito com a Constituição Brasileira por fazerem uso de drogas ilícitas. Como exemplo, houve o caso do músico rastafári Pedro “Pedrada”, preso por ter duas mudas de maconha em seu quintal. Pedro explicou que a “ganja” [maconha, entre os rastafári] era apenas para uso pessoal e espiritual. Devido ao uso da maconha como erva ritual, os rastafári são comumente tachados de “maconheiros”, além de outras atribuições negativas, geralmente associadas à aparência física devido aos *dreadlocks*, considerados “sujos”.

De uma forma ou outra, os rastafari, por serem um grupo muito pequeno e por não terem se organizado formalmente, se tornam especialmente vulneráveis a todo tipo de discriminação, principalmente porque sua visão espiritual não é muito divulgada, contribuindo para a ignorância e o preconceito pela sociedade.

As religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, por exemplo, talvez sejam os maiores alvos de preconceito e intolerância religiosa no Brasil. São tradições religiosas que carregam o estigma do preconceito desde a época colonial, não necessariamente pela tradição religiosa em si, mas simplesmente por fazer parte da cultura negra. São inúmeros os casos agressivos em relação a essas tradições religiosas, demonizando-as e lhes atribuindo a origem dos sortilégios e possessões.

Um caso digno de nota foi o de Mãe Gilda, cuja imagem foi difundida em um jornal da Igreja Universal em uma matéria desrespeitosa às religiões de matriz africana. Mãe Gilda recorreu à justiça, porém, antes do caso ser finalizado, faleceu (no dia 21 de janeiro), data em que foi oficializado o Dia do Combate à Intolerância Religiosa pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Menções sobre a cultura africana e as religiões afro-brasileiras em aulas de Ensino Religioso geram polêmica. O docente, ao oferecer um conteúdo que aborda as divindades e contos africanos, se torna alvo de intolerância e agressão psicológica por parte do próprio colégio empregador e também pelos pais das crianças, que não compreendem que a disciplina de Ensino Religioso não é espaço de catequese, mas espaço para ensinar outras culturas e tradições religiosas com o objetivo de desenvolver, entre outras coisas, a tolerância e a convivência fraterna do aluno com outras pessoas e meios sociais diferentes do seu, fundamentando-se nos princípios da cidadania e do entendimento do outro.

No caminhar da tolerância religiosa no Brasil, é essencial o diálogo com o Estado, que muitas vezes se torna um violador do direito ao culto ao reprimir algumas denominações religiosas e favorecer outras. O Estado brasileiro deve se sensibilizar para a situação da intolerância religiosa, sendo o apoio a quem as vítimas do preconceito podem recorrer sem o receio de serem banalizadas.

O texto de Marcio Gualberto, como o próprio autor esclarece, não pôde contemplar todas as notícias e situações de intolerância no Brasil, mas, apesar disso, oferece uma iniciativa e um mapeamento exemplar no estudo da intolerância religiosa no âmbito brasileiro, servindo, inclusive, como guia em relação à legislação brasileira em referência à liberdade de culto e preconceito religioso.

*Danielle Mozena**

Recebido: 03/06/2011

Aprovado: 23/06/2011

¹ Mestranda em Ciências da Religião pela PUC-SP.